

Identificação e reconhecimento: pela apreensão das lutas sociais nos processos de interação e nos dispositivos midiáticos

Identification and recognition: the apprehension of social struggles in the processes of interaction and media devices

Lorena Rúbia Pereira Caminhas¹
(lorenarubiapereira@gmail.com)

Thales Vilela Lelo²
(thales.lelo@hotmail.com)

<http://dx.doi.org/10.5216/cei.v17i1.25222>

Resumo

O artigo se insere no debate sobre o papel dos *media* e dos processos de interação na transmissão dos valores e na coordenação das práticas comunicacionais que ancoram as lutas sociais, tendo em vista um panorama de necessário progresso moral para a sociedade, sejam elas categorizadas como lutas por novas configurações de representação ou por respeito e estima. Pretende-se debruçar nesta tarefa através da apresentação e posterior crítica comparativa de dois conceitos fulcrais para os Estudos Culturais e a Teoria Crítica, extraídos de seus prismas de investigação: o de “identificação”, defendido majoritariamente nos estudos de Stuart Hall, e o de “reconhecimento”, constitutivo do edifício teórico de Axel Honneth.

Palavras-chave: Reconhecimento. Identidade. Lutas sociais.

Abstract

The article is part of the debate about the role of media and interactional situations in the transmission of values and the coordination of communication practices that anchor the social struggles taking in a panorama view of moral progress necessary to society, whether categorized as struggles for new configurations of representation or for respect and esteem. Will intend to address in this task through the presentation and subsequent comparative critique of two concepts central to Cultural Studies and to Critical Theory, drawn from their research prisms: the "identification", defended mainly studies of Stuart Hall, and the "recognition", part of the theoretical edifice of Axel Honneth.

Key-words: Recognition. Identity. Social Struggles

Introdução

No terreno dos estudos de Comunicação uma das críticas mais recorrentes às pesquisas empíricas e aos empreendimentos de reflexão teórica é a de um suposto “midiacentrismo” das abordagens, que estariam supervalorizando o papel dos *media* na transmissão dos valores e na coordenação das práticas comunicacionais que permitem a organização do tecido social. Sem desprezar a centralidade da mídia na história contemporânea José Luiz Braga

¹ Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Plataformas Midiáticas, Informação e Opinião”.

² Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Linguagens”.

(2011), em um texto dedicado a discussão sobre a constituição do campo da Comunicação, opera de modo a destacar tal especificidade sem, contudo, alocar os *media* como a única via possível para os estudos do campo. O autor fala que os meios audiovisuais viabilizaram a percepção histórica do comunicacional como questão problematizável, que sua presença é marcante nos contextos cotidianos concretos, e que sua influência extravasa as interações pontuais e diretas com a mídia, mas pondera que, apesar de tal centralidade, não é possível tratar os *media* como o ângulo de abordagem característico da Comunicação, mas sim como mais um dos fenômenos que integram o leque de pesquisas abarcadas pelo referido campo.

A discussão lançada por este pesquisador nos faz levantar, sem o objetivo exaustivo de sistematização, um apanhado de problemas de ordem epistemológica significativos que seriam provenientes de investigações que têm como vértice exclusivo os *media*, quais sejam: 1) o desacoplamento da mídia da vida social ampla, de modo a avaliar os meios como “instrumentalizadores de relações pré-definidas” (FRANÇA, 1995, p. 58); 2) engessamento dos múltiplos envoltórios passíveis com a mídia em um seguimento unidimensional que se iniciaria no produtor e desembocaria nas audiências (“comunicação linear”, nos termos de Ana Carolina Escosteguy (2011)), apagando a circularidade das interações e o espraiamento difuso das práticas comunicativas hodiernas; 3) tematização da mídia como objeto e tema constituinte das pesquisas em Comunicação, dificuldade esta que revolve à crítica de Braga sobre a impossibilidade de um objeto caracterizar todo um mapa de estudos.

Se a nível nacional estes questionamentos mais recentes vêm tencionado e ampliado a gama de processos recobertos pelos estudos de Comunicação, a nível político a crítica ao midiacentrismo já é claramente demarcada ao menos desde a publicação de *Apocalípticos de Integrados* (1993) por Umberto Eco. Nesta obra, o autor italiano tecia críticas duras aos dois principais ramos de pesquisas que vigoravam da Primeira Guerra Mundial até os decursos da Segunda e que se detiveram na inserção dos novos *media* de massa na sociedade: as correntes funcionalistas de origem estadunidense e os críticos da cultura de massa provenientes principalmente da Alemanha. Se as primeiras se iniciaram tendo como objetivo ampliar o efeito de propagandas de Guerra para soldados envolvidos nos conflitos mundiais, os segundos denunciavam fortemente a ascensão de uma “indústria cultural”, mormente midiática, que estaria completando o mundo pela aparência enquanto o ocultava maquiavelicamente pela ideologia, nas palavras de Theodor Adorno (1971).

Este segundo tipo de incursões principiou toda uma tradição de pensamento crítico sobre a mídia, que se estende da Escola de Frankfurt até o situacionismo francês e ao catastrofismo dos

apontamentos mais extremos que veem a contemporaneidade ora como um universo de “vídeo-crianças” (SARTORI, 2000), de simulacros e imagens frias (BAUDRILLARD, 1991), ou ainda como campo de profusão de dispositivos midiáticos que neutralizam as potencialidades de profanação imersas na linguagem (AGAMBEN, 2007) - pra ficar em somente algumas das muitas teorizações com resultados análogos. Mas como é possível, sem recair nos midiacentrismos de juízo valorativo ou na via inversa de mero descritivismo alinhado aos interesses do poder simbólico vigente, pensar a mídia inserida em um leque mais alargado e espreado de práticas sociais não perdendo de vista a necessidade da avaliação crítica dos fenômenos examinados?

Voltando ao nível nacional da discussão, uma das alternativas encontradas atualmente para buscar um equilíbrio entre crítica e entendimento das lógicas internas das interações sociais sem hipervalorização dos dispositivos midiáticos é a adoção da tradição dos Estudos Culturais, notadamente por suas frentes britânicas e latino-americanas. Nesta guinada, além do imbricamento entre vida social e mídia e o cuidado em realizar análises partindo de contextos concretos, há sem dúvida uma preocupação política, de modo que os conflitos discursivos e por representação se intersectam as construções de identificações por grupos diversos de atores sociais que podem estar diretamente inseridos (ou não) nos fluxos midiáticos.

Mas uma segunda visada, originária da própria Teoria Crítica alemã, finca também suas raízes em distintos espaços acadêmicos brasileiros³. A preocupação com o entrelaçamento dos *media* com esferas públicas, processos deliberativos e lutas por reconhecimento se associa, respectivamente, aos empreendimentos da 2ª e da 3ª Geração da desta corrente, desenvolvidas principalmente por Jürgen Habermas e Axel Honneth.

Resguardadas as distinções entre estas duas maneiras de “encarar” o universo das práticas interacionais que caracterizam a contemporaneidade e sem resvalar nos excessos abrangidos pelo rolo compressor do midiacentrismo, seria possível algum tipo de tencionamento entre elas de modo a tecer confluências e apontar “pontos cegos” em seus empreendimentos? Neste artigo pretendemos nos debruçar nesta tarefa através da apresentação e posterior crítica comparativa de dois conceitos fulcrais para as duas abordagens, extraídos de seus prismas de investigação: o de “identificação”, defendido majoritariamente nos estudos de Stuart Hall (2000), e o de “reconhecimento”, constitutivo do edifício teórico de Axel Honneth (2003a). Além de serem moeda corrente nas pesquisas do campo, estas noções foram escolhidas por versarem acerca do engajamento de atores sociais imersos ou não nas teias midiáticas - mas sem dúvida alguma em práticas interacionais

³ Um levantamento importante de pesquisas nesta esteira é apresentado por Rousiley Maia (2006)

cotidianas - de modo que suas ações, a nível teórico, são averiguadas como lutas sociais tendo em vista um panorama de necessário progresso moral para a sociedade, sejam elas categorizadas como lutas por novas configurações de representação ou ainda por formas de reconhecimento positivo.

1 Processos de identificação e políticas de representação

Os estudos sobre os *media*, particularmente os amparados pela vertente dos Estudos Culturais, estiveram, sobretudo, focados em esclarecer as questões que envolvem a veiculação das identidades culturais nos produtos midiáticos, atentando para a dualidade que representação e identidade assumem em uma cultura midiaticizada. Tal debate, ancorado nos escritos de Stuart Hall, é marcado por uma abordagem que define a alteridade a partir das fronteiras estabelecidas por ela (o que significa ser branco se faz em relação de oposição ao que é ser negro, por exemplo), descortinando a lógica hegemônica que ancora a representação do *outro* e que gera estereotipação e essencialização das minorias sociais. Para Stuart Hall (2002), essa prática subtrai características diversas dos grupos, que passam a ser vistos como tipos bem definidos, esquecendo-se suas dinâmicas e controvérsias internas.

As tentativas de demarcação do que é o *outro* são práticas sociais que transbordam o espaço midiático, atingindo esferas econômicas, políticas e culturais, em meio a um contínuo esforço de grupos estigmatizados pela definição de seu lugar na sociedade. Contudo, nessa arena, não é possível subvalorizar o fato de que os discursos provenientes da mídia colaboram de modo significativo na construção das representações. Desse prisma, é patente entender como os meios de comunicação os apresentam – de maneira distorcida ou apropriada – e como são possíveis práticas que permitam a representação dos indivíduos adequada à realidade por eles vivenciada.

Elfriede Fürsich (2010) discute as dificuldades enfrentadas pelas empresas de mídia para reportar a diversidade cultural, revelando os limites das coberturas que distorcem a exposição do *outro* através da criação de estereótipos. Para a autora, tanto as formas essencializadas de apreender os não-brancos e as não-elites, como o inverso, as diversas tentativas da imprensa em promover novas investidas, convergem em problemas idênticos de estigmatização. A resolução de parte desses problemas passa pela adoção de novas posturas de trabalho – transformação na esfera da produção (a contratação de profissionais de diversos grupos culturais); mudanças na abordagem do conteúdo e uma contínua atenção à audiência.

Diante desse panorama geral sobre as problemáticas de exposição enfrentadas por minorias sociais no espaço midiático, se torna importante informar o debate à luz dos temas que o embasam:

identificação e representação. Para demonstrar a contribuição desses conceitos na moldagem do estudo de sujeitos estigmatizados nos *media*, apresentamos, a seguir, um breve panorama analítico de seus desdobramentos.

O conceito de identidade (ou identificação) subsidia a formulação de um campo de discussões sobre a agência e a política a partir da articulação entre sujeito e práticas discursivas. Nas palavras de Stuart Hall, a identidade demarca “o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’ (...) por outro lado, os processos que produzem subjetividades.” (2000, p. 112). São processos que levam à narrativização do eu, a partir de estratégias e iniciativas específicas com vistas à eficácia material, política e discursiva, construídas em contextos históricos e situações peculiares.

A identificação pode ser vista através do prisma do senso comum, como o reconhecimento de origem ou características partilhadas por pessoas ou coletividades, baseado na solidariedade e fidelidade dos semelhantes; ou pode ser abordada pelo viés discursivo - assumido por Stuart Hall (2000) - como um processo de construção social de significados partilhados sobre os grupos através de discursos. Informado por esse pano de fundo teórico, a identificação enquanto discurso é um processo multifacetado, nunca terminado nem unificado, pleno de fragmentações e fraturas, constituído por múltiplos enunciados e posições que podem ser próximas ou antagônicas. A identificação, portanto, é condicional e contingente, na medida em que se constrói e reconstrói constantemente, sem nunca propor um ajuste completo (ainda que esteja sustentada por recursos materiais e simbólicos). De acordo com Stuart Hall, ao se perguntar pela formação das identificações, deve-se levantar as seguintes questões: “‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’.” (2000, p. 109).

A formação de uma identificação, exatamente porque é porosa e incerta, conclama a formulação artificial de fronteiras – sempre borradas nas margens por excessos que as compõem. Essa construção do conceito opera da dicotomia entre o que está dentro e o que está fora. A relação da identificação com o estranho é constitutiva, uma vez que é apenas por meio da relação com o *outro* que se formula uma identificação – o que Stuart Hall (2000) denomina como exterior constitutivo. Ela emerge no interior de modalidades de poder, por isso é produto da demarcação de limites.

A exterioridade que cria a identificação promove em consequência da exclusão daquele que é diferente a sua transformação em abjeto. A identificação é dual: ao mesmo tempo em que demarca

o perímetro entre os grupos aos quais os sujeitos se apegam – e constroem discursivamente o que são - também cria embates entre grupos pela prática de supressão do *outro*.

O desenrolar dessa questão está diretamente relacionado às práticas discursivas que Stuart Hall (2002) denomina de representações, já que, para além da existência material, a identificação é discurso. As representações atuam na demarcação discursiva das identificações – na criação da imagem de “eu” e do grupo – e no jogo de poder envolvendo interior e exterior que delimita a figura de coletividades opostas.

Representação conecta linguagem e cultura. Amparada pelos sentidos atribuídos à linguagem, a cultura se delinea em um espaço comum que simboliza objetos, sujeitos e eventos, e através do qual é possível comunicar-se com os demais e interpretar seus discursos. Os diálogos acontecem pela adoção de mapas conceituais gerados pela representação, os quais são partilháveis e inteligíveis para os que fazem parte de uma mesma formação cultural. Pertencer a uma cultura é possuir o mesmo universo conceitual e linguístico, é entender como as ideias se traduzem e se referem ao mundo.

Stuart Hall (2002) afirma que o sentido não é fixado, mas socialmente negociado – sofrendo mudança ao longo do tempo. É um acordo tácito entre os indivíduos que os mantém estáveis, reafirmando o caráter social e público da linguagem. Enfatiza, ainda, que as coisas, por elas mesmas, não significam; são os sujeitos, interagindo cotidianamente, que conferem significados aos objetos no mundo. O autor discute, ainda, o conceito pelo prisma das divergências ao afirmar que é a dessemelhança entre as palavras e os signos que tornam as expressões significativas: o sentido, dessa perspectiva, é relacional – depende do diálogo entre diferentes signos que se conformam mutuamente.

No texto “O espetáculo do outro”, Stuart Hall (2002) investiga como a representação se apresenta nos meios de comunicação, tomando contornos visíveis na vida social, influenciando julgamentos morais e práticas discriminatórias. Ao aludir o tratamento das minorias nos discursos do media – especificamente questões de etnia – demonstra como a representação é uma forma de poder, que delinea as identificações e cria padrões de tipificação do *outro*. Insiste na dimensão política ao sugerir que determinadas maneira de apresentar a alteridade podem levar a um entendimento distorcido de sujeitos, promovendo práticas de desrespeito e subjugação.

No mesmo artigo, o autor questiona quais seriam as possibilidades de mudança de padrões de representação arraigados no imaginário social e na mídia. Mostrando que a questão é mais espinhosa do que a primeira vista parece ser, evidencia que os contra-estereótipos não levam,

necessariamente, à revalorização de um grupo social; pelo contrário, tal prática pode mesmo reforçar a perspectiva hegemônica sobre os sujeitos excluídos.

As questões que envolvem a apresentação do *outro* são muito controversas e, por isso, Hall chama a atenção para a necessidade de políticas de representação que reflitam acerca do cenário de embate social simbolicamente contextualizado. Como representar um indivíduo ou grupos de pessoas sem que essa exposição se resuma a estereótipos e ao mesmo tempo, seja aceitável para o grupo apresentado? Tal pergunta é de difícil resposta. A prática de significação que informa a construção de outrem é flutuante, não se fixa em significados unilaterais e depende, em grande medida, da interpretação dos indivíduos dentro de cada cultura. É uma tarefa difícil delimitar as fronteiras entre estereotipação e práticas de representação consideradas positivas, na medida em que discursos sociais contrastantes se entrecruzam no espaço da cultura e os próprios atores têm definições diferentes da situação de desrespeito que vivenciam. Para balizar essas controvérsias, o contexto se torna elemento fundamental na compreensão da disputa de representação travada pelos grupos.

Esse enfoque dado às questões de políticas de identidade e representação insere as lutas travadas nessas instâncias em face dos discursos e poder simbólico exercido por instâncias dominantes na sociedade. O olhar atento para as práticas sociais que incorporam os discursos é fundamental no momento de entender como as entidades significativas da identidade e da representação reverberam na vida social.

Contundo, um ponto controverso que incide sobre os dois conceitos foi apontado por Stuart Hall (2002), quando ele alega que os sistemas simbólicos e os significados socialmente partilhados não são fixos, mas flexíveis e dependentes de contexto. Dessa forma, representação e identidade são questões de interpretações socialmente informadas: devem ser entendidas à luz de práticas e sujeitos concretos que vivenciam e experienciam as situações de inclusão ou exclusão. É olhando para os grupos que conferem existência aos discursos que se pode chegar a um raciocínio do que são as identidades e qual a natureza das representações. Entretanto, as análises discursivas levam ao deslocamento das interpretações dessas dimensões, criando um fosso entre os discursos partilhados interpretados pelo analista como frutos da cultura e as práticas cotidianas desses discursos.

2 As lutas por reconhecimento no panorama da Teoria Crítica

O projeto teórico de Axel Honneth, herdeiro da 3ª Geração da Teoria Crítica, precisa minimamente ser situado à luz de seus antecessores, tanto os membros da conclamada Escola de

Frankfurt (notadamente Theodor Adorno e Max Horkheimer), quanto seu mentor e representante de uma 2ª Geração desta corrente de pensamento: Jürgen Habermas. Desse modo, as convergências e os tencionamentos entre os modelos de luta social apreendidos por esta linhagem e os desdobrados por Stuart Hall se tornarão mais evidentes na seção seguinte.

A noção de “indústria cultural”, rememorada no início deste artigo pelas lentes de Theodor Adorno, é um dos conceitos que amparam um amplo projeto de condenação ferrenha às patologias das instituições políticas e sociais em tela no capitalismo. Nos primórdios dessa 1ª Geração da Teoria Crítica os grandes focos de estudo, tais como expostos por Joel Anderson (2011), são: 1) denúncia aos interesses opressivos dos projetos modernos que levariam não a emancipação sonhada pelo iluminismo, mas sim ao conformismo e a uma sujeição inevitável; 2) apreensão das “experiências subjetivas de alienação, desorientação e reificação, associando estas perversões da interioridade humana ao capitalismo tardio da modernidade” (ANDERSON, 2011, p. 34). O pano de fundo de tais ângulos de investigação é a apreciação de que na conjuntura da primeira metade do século XX o capitalismo teria se consolidado sob o véu da “racionalidade instrumental”, um tipo de racionalidade estritamente adaptativa, de modo que “o processo de esclarecimento, que é inseparável do projeto moderno de uma forma de vida emancipada, converteu-se na sua própria autodestruição” (NOBRE, 2003, p. 12).

Mas, como Marcos Nobre indica, se “a razão instrumental é a forma única de racionalidade no capitalismo administrado, bloqueando qualquer possibilidade real de emancipação, em nome do quê é possível criticar a racionalidade instrumental?” (2003, p. 12). A 1ª Geração da Teoria Crítica assume então que a própria crítica estaria em processo de precarização no cenário apresentado, e é contra tal perspectiva que Jürgen Habermas assenta as bases de seu pensamento. Para este autor, que representou primordialmente a partir da década de 1970 um fôlego aos diagnósticos pessimistas dos primeiros autores de Frankfurt, cujo projeto estaria atado a um paradigma explicativo quase metafísico que limitaria os potenciais emancipatórios já existentes na sociedade. Segundo Jean-Philippe Deranty (2009), Habermas partilha com Adorno e Horkheimer a ideia de que a sociedade possui uma razão instrumental que se desenvolve independente do controle social e que coloniza outras dimensões da vida social, contudo, aponta a necessidade de uma formulação conceitual que imponha freios à generalização desta racionalidade como a única - como concluíram seus predecessores. Elaborando o conceito de “agir comunicativo”, Habermas (1990) neutraliza uma parcela da demonização da racionalidade instrumental, apontando para o fato de que se esta é voltada para o “êxito, em que o agente calcula os melhores meios para atingir fins determinados

previamente” (NOBRE, 2003, p. 13), ou seja, à reprodução material da sociedade, aquele teria como pilar central uma orientação ao entendimento, tendo a comunicação como um agente central de renovação e transformação das estruturas da vida social, de modo que a emancipação dos indivíduos seria atingida pelas ações coordenadas e pelo consenso obtido através do embate entre argumentos justificados em um ambiente de respeito mútuo.

Se o agir comunicativo se vê frequentemente sob infiltração dos domínios instrumentais da racionalidade, cabe entretanto frisar que nas esferas da ação social ele corresponde ao processo de reprodução cultural que permite a continuidade de interpretações do mundo, às instituições em que o indivíduo é socializado, aos gradações de aprendizado e de constituição da personalidade (NOBRE, 2003), ou seja, sua configuração é característica da própria modernidade.

Assim como Habermas fez com seus precursores da Teoria Crítica, Axel Honneth irá iniciar seu projeto teórico tomando por referência as críticas que direciona ao seu antecessor, neste caso, o próprio Habermas. Dois de seus pontos de divergência principais são: 1) a problemática dicotomização entre razão instrumental e razão comunicativa e 2) o déficit sociológico e o excessivo idealismo da teoria do agir comunicativo.

No que diz respeito ao primeiro ponto, e acompanhando a síntese que Jean-Philippe Deranty (2009) faz do debate, é possível dizer que para Honneth, Habermas teria tecido uma contraposição problemática entre os universos da racionalidade, criando a ilusão de que existiria um domínio livre de impedimentos à reprodução contínua (o instrumental), e outro livre de coerções e plenamente aberto à integração social (o comunicativo). Este dualismo geraria uma série de incongruências teóricas, como a neutralização dos conflitos intrínsecos a lógica instrumental (que estariam no projeto habermasiano inofensivos frente à razão comunicativa). Desse modo, Habermas haveria incorrido em um grave erro ao deixar o agonismo em segunda instância em sua teoria normativa, e se Honneth está em acordo com ele no que diz respeito à elaboração de uma Teoria Crítica marcada por um prisma intersubjetivo e universalista (NOBRE, 2003), discorda profundamente deste ao propor que a base da interação, da constituição da subjetividade e da identidade individual não é o consenso ou o entendimento, mas sim o conflito, ou, mais apropriadamente, a luta por reconhecimento.

Honneth também discorda de Habermas e dos fundadores da Teoria Crítica ao dizer que a luta de classes não estaria desativada, e que mesmo em latência não poderia ser desprezada, como fizeram Adorno e Horkheimer ao proclamar sua obliteração na modernidade perversa, e como o fez Habermas ao falar da autonomização da economia e do sistema administrativo que gestariam uma

política do trabalho calcada na integração e compensação das frustrações dos operários (DERANTY, 2009)⁴. Honneth aponta que os conflitos de classe foram ofuscados pelas formas de dominação, que retiraram das mãos dos oprimidos os recursos para que pudessem exprimir as injustiças sofridas, mas que isso não significa uma ausência de potencial normativo destes grupos, e, assim sendo “não somente as diretrizes empíricas, mas também as diretrizes conceituais da teoria crítica social serão encontradas em experiências de sofrimento social e injustiça” (DERANTY, 2009, p. 101).

Neste sentido, Axel Honneth atualiza mais uma vez a Teoria Crítica, tentando a aproximar da experiência concreta de denegação de reconhecimento suportada por sujeitos. Na esteira de seus fundadores, partilha a ambição de prover “insights nas fontes do conflito social, no sofrimento social, e na patologia social característica dos tempos” (SMITH, 2012, p. 3), mas, diferentemente deles, aposta na possível emancipação deste social a partir das lutas contínuas que não visam auto conservação ou aumento de poder, mas sim a reconfiguração das relações de reconhecimento e injustiça existentes. Na companhia de Habermas, Honneth percebe, nas entrelinhas da teoria do agir comunicativo, pistas de uma teoria do reconhecimento não desenvolvida (NOBRE, 2003). Isto porque Habermas já havia sido guiado a concluir, em suas proposições normativas mais tardias, que “a interação social é a luta entre grupos sociais pela forma organizacional de uma ação racionalmente orientada” (HONNETH, 1993, p. 269). Mas os impedimentos para que Habermas pudesse avançar rumo a uma teoria do reconhecimento seriam não só sua insistência em um modo dual de concepção das formas de agir - que tornaria ocultas as nuances do poder, mas também, como exposto acima, sua tendência a não se envolver com as experiências morais e concretas de denegação de reconhecimento, o que significaria, nas palavras de Jean-Philippe Deranty, “uma demanda teórica pela inclusão da perspectiva do explorado” (2003, p. 140).

O déficit sociológico em Habermas, gerado de sua desconfiança com o senso comum, teria se principiado, como sugere Joel Anderson (2011), em meio a um profundo desgosto deste e de toda sua geração com a tradição autoritária do nazismo, consolidando então a razão comunicativa como um preceito de normativo de orientação para o agir. Axel Honneth alvitra que se em um modelo de luta por reconhecimento estas expectativas normativas devem ser atendidas já que a “avaliação da situação de um conflito social depende na exposição dos princípios normativos nos quais a moralidade ou a ética moral estão ancoradas” (2003b, p. 172), por outro lado elas também devem

⁴ Roseli Fígaro também partilha desta crítica a Habermas ao afirmar que “as corporações empresariais e outras instituições governamentais têm, nestas últimas décadas de profunda crise e transformação do mundo do trabalho, tentado se apoiar nos conceitos de busca do consenso pela ação comunicativa para perpetuar disparidades de poder político, econômico e de comunicação entre os povos” (2004, p. 59).

ser complementadas por uma visada empírica, já que as expectativas se alteram em função das transformações da estrutura social, e não há tão somente um quadro moral de exigências de reconhecimento inflexível as conjunturas concretas (HONNETH, 2003c). Destarte, o processo histórico não se projeta como uma sucessão de eventos desligados dos ideais normativos, mas são, nas palavras de Honneth, “etapas em um processo de formação conflituoso, conduzindo a uma ampliação progressiva das relações de reconhecimento” (2003a, p. 265). E esta ampliação é aferida em função da forma como os conflitos abrigados na história reformulam o leque de relações de reconhecimento positivo tendo como referente à antecipação hipotética de um estado ideal de reconhecimento atendido (uma “transcendência na imanência”, segundo Honneth (2003c, p. 244)).

3 Identificação e reconhecimento: um quadro comparativo

Se retomarmos agora as considerações feitas anteriormente sobre as ancoragens do processo de identificação proposto por Stuart Hall, um primeiro paralelo entre ele e Axel Honneth pode ser já traçado: os embates por reconhecimento, tais quais os processos de identificação, nunca levam a um ajustamento completo. Se a identificação é sempre um processo multifacetado, condicional, repleto de fragmentações e fraturas, o reconhecimento positivo é sempre um estágio transitório de um processo de integração social que nunca se dá por completo, já que sempre haverá a infração de um conjunto de expectativas de reconhecimento ensejadas pelos sujeitos através de sua socialização e novas lutas por reconhecimento serão sempre necessárias para extrair o indivíduo de uma situação de paralisia, o reinserindo em um coletivo que permite novamente uma auto relação positiva e o respeito por competências que ele considera valiosas – no “reconhecimento antecipado de uma comunidade de comunicação futura para as capacidades que ele revela atualmente, ele encontra respeito social como a pessoa a quem continua sendo negado todo reconhecimento sob as condições existentes” (HONNETH, 2003a, p. 259).

Mas as convergências devem ser interrompidas neste nível por uma ampla gama de dissonâncias que emergem entre os quadros teóricos dos dois autores, balizadas por um “déficit subjetivo” reconhecido pelo próprio Hall (2000) em sua reflexão sobre o procedimento de identificação. Se tal procedimento ocorre, em seus termos, pelos “efeitos de fronteira” (ou seja, pelas segmentações fortificadas nos encontros com a alteridade), que definem aquilo que o sujeito se torna em práticas discursivas e atos de poder (exclusão), então como os sujeitos se reconhecem

nas identificações e com que motivação eles as negam?⁵ Os Estudos Culturais, herdeiros do estruturalismo (HALL, 2003), adotaram parte dos enfoques propostos por representantes desta corrente, a exemplo da semiologia de Ferdinand de Saussure. A ideia da formulação conceitual pela diferença é legado deste autor, que afirmava que a língua seria um sistema formado pelas distinções existentes entre os sons; a palavra, por seu turno, passaria a ter significação quando se opusesse a outras palavras – a palavra não significaria o objeto, mas produziria o significado a partir da diferenciação. Essas proposições geram um princípio de identificação por meio de demarcação de diferenças, como expõe Anthony Giddens (1999).

Neste sentido, a noção de reconhecimento se coloca como uma instância anterior à identificação, compensando a insuficiência de Hall ao demonstrar como o sujeito depende de uma relação positiva consigo mesmo construída ao longo da socialização e dos envolvimento intersubjetivos estabelecidos para só assim culminar em uma identidade pessoal calcada em autoconfiança, auto respeito e autoestima (DERANTY, 2009).

Estes três tipos de auto compreensão positiva se baseiam, a seu turno, em três formas de reconhecimento: o amor, o direito e a estima. Segundo Honneth (2003b), cada uma destas esferas possui preceitos normativos próprios e correspondem a estágios distintos das relações intersubjetivas que os sujeitos estabelecem ao longo da vida. Em suas palavras, “a fim de serem capazes de empregarem sua autonomia, os sujeitos individuais estão de certa forma carentes pelo reconhecimento de suas necessidades, de sua igualdade legal, de suas contribuições, em acordo ao tipo de relação em questão” (HONNETH, 2003b, p. 181).

Nas críticas que foram posteriormente dirigidas à teoria do reconhecimento, particularmente materializadas no debate entre Axel Honneth e a estadunidense Nancy Fraser (HONNETH, 2003a, 2003b; FRASER, 2003, 2008), o primeiro parece ter sido erroneamente criticado por essencializar a reificar a identidade e tratá-la como um vértice soberano da gramática moral dos conflitos sociais. Esta crítica é incongruente ao projeto do autor na medida em que ele não se baseia em uma soberania da agência e da volição. Pelo contrário: “Honneth propõe uma teoria radical da intersubjetividade na formação subjetiva: o sujeito só aprende a relacionar consigo mesmo pela integração das expectativas e atitudes dos outros” (DERANTY, 2009, p. 357). Em seus termos, esta seria uma nova “concepção formal de eticidade”, estabelecida em um “ponto mediano entre a teoria moral de Immanuel Kant e as éticas comunitaristas” (HONNETH, 2003a, p. 271). O resultado de tal

⁵ No seguinte trecho Hall deixa explícito seu dilema: “a questão que fica é se nós também precisamos, por assim dizer, diminuir o fosso entre os dois domínios, isto é, se precisamos de uma teoria que descreva quais são os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as ‘posições’ para as quais são convocados” (2000, p. 126).

guinada é a constatação de que a formação do sujeito ocorre em um plano de extrema vulnerabilidade, no qual a própria moralidade se evidencia como um conjunto de atitudes tomadas com nossos contemporâneos para garantir as condições de formação de nossas identidades. Esta dependência mútua revela que antes dos sujeitos demarcarem os limites entre seus modos de exposição pública, é necessário que reconheçam que precisam dos seus parceiros para construir essas identificações.

Neste ponto, a avaliação crítica do trabalho de Axel Honneth soa mais coerente se dirigida à reflexão de Hall, que assume não justificar a maneira como os sujeitos, para além da interpelação por mecanismos do poder simbólico, conseguem construir suas identificações tendo por alicerce um quadro de relações intersubjetivas.

Considerações finais

No início do artigo foi debatida a problemática do midiacentrismo presente nos estudos em Comunicação, e a exposição e posterior tencionamento dos prismas teóricos de Stuart Hall e Axel Honneth por meio de seus conceitos de “identificação” e “reconhecimento”, respectivamente, permitiu: 1) expandir este modo de olhar as interações que perpassam (ou não) o universo dos *media* sem aderir as incongruências daquele tipo de empreendimentos que os apreendia como o único referente viável para investigação borrando a intrínseca intersecção deles com a vida social ampla; 2) evitar recair nos mesmos erros das primeiras incursões da área, que ora se aliaram ao poder vigente desenvolvendo incursões meramente descritivas, ora perderam o tom da crítica e recaíram em um denunciamento generalizado de tudo que estivesse relacionado a esfera midiática e a indústria cultural.

Se pelo viés de Hall as lutas políticas e a formação identitária se fazem através do discurso, configurando batalhas simbólicas nas quais a mídia é entendida como um importante ator social, responsável, em grande medida, pela veiculação das representações que essencializam minorias sociais, pelo quadro da teoria do reconhecimento de Honneth é possível apreender também processos de interação e conflito que se inserem no universo dos *media*, mas o transcendem por resguardar consigo critérios morais e éticos que abrangem todo um horizonte histórico e normativo (embora a mídia possa exercer um papel central em diversas ocasiões, como defendido por Hall). Neste veio, a dinâmica das representações está enredada em uma teia de lutas por reconhecimento nas quais a insuficiência da sociedade situada historicamente em apreender os outros em sua integridade e em suas capacidades é a válvula motora de conflitos nas quais os próprios concernidos

demandam respeito e estima – e outras representações de si mesmos que podem reverberar, por sua vez, na mídia.

Artigo submetido em 01/07/2013 e aceito em 14/11/2013.

Referências

- ADORNO, T. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ANDERSON, J. Situating Axel Honneth in the Frankfurt School Tradition. In: PETHERBRIDGE, D. (Org.). **Axel Honneth: critical essays**. Leiden and Boston: Brill, 2011.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BRAGA, J. Constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, p. 62-77, 2011.
- DERANTY, J. Jacques Rancière's contribution to the ethics of recognition. **Political Theory**, New York, v. 31, p. 136-156, 2003.
- DERANTY, J. **Beyond communication: a critical study of Axel Honneth social philosophy**. Leiden and Boston: Brill, 2009.
- ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- ESGOSTEGUY, A. Narrativas pessoais midiaticizadas: uma proposta para o estudo de práticas orientadas pela mídia. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 18, p. 198-211, 2011.
- FÍGARO, R. Crítica à ação comunicativa e à razão comunicativa: para entender a comunicação no mundo do trabalho. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 6, p. 54-64, 2004.
- FRANÇA, V. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: BRAGA, J.; FAUSTO NETO, A.; PORTO, S. (Orgs.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p.55-66.
- FRASER, N. Social justice in the age of identity Politics: redistribution, recognition and participation. In: _____; HONNETH, A. (Orgs.). **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003.

FRASER, N. Repensando o reconhecimento. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 9, 2008.

FÜRSICH, E. Media and the representation of others. **International Social Science Journal**, v. 61, p. 113-130, 2010.

GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: _____; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: _____. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, S. **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: Sage publications, 2002.

HALL, S. Estudos culturais: dois paradigmas. In: _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HONNETH, A. **The critique of power**: reflectives stages in a critical social theory. Londond: The MIT Press, 1993.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003a.

HONNETH, A. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: _____; FRASER, N. (Orgs.). **Redistribution or recognition?**: a political-philosophical exchange. London: Verso, 2003b.

HONNETH, A. The point of recognition: a rejoinder to the rejoinder. In: _____; FRASER, N. (Orgs.). **Redistribution or recognition?**: a political-philosophical exchange. London: Verso, 2003c.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: _____; CASTRO, M. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HONNETH, A. Axel Honneth e a teoria crítica. In: _____. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

SARTORI, G. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Lisboa: Terramar, 2000.

SMITH, N. A recognition-theoretical research programme for the social sciences. In: _____; O'NEILL, S. (Orgs.). **Recognition theory as social research**: investigating the dynamics of social conflict. London: Palgrave Macmillan Monographs Kindle Edition, 2012.